

ESTUDO DE CASO INCLUSÃO DIGITAL PARA TERCEIRA IDADE EM REGISTRO SP

DANIEL CAMARGO, FELIPE MAZZOLIN DE CAMARGO, KALLEB ESTEVAM REIS, MÁRCIO FRANÇA DA MOTTA JUNIOR, MÁRIO SÉRGIO, RENATO ARAÚJO CRUZ, ELIANE AMARAL, ELINEY SABINO

Resumo

As últimas estimativas sobre a distribuição da população brasileira por faixa etária têm demonstrado um envelhecimento, ou seja, a população idosa aumentou substancialmente (IBGE, 2008). Além da modificação na estrutura da sociedade brasileira há outra mudança que cada vez mais impera nas relações sociais e/ou de trabalho que é a questão do uso das novas tecnologias da comunicação, principalmente, o uso da internet tanto via celulares *smartphones* como também pelo uso de computadores. Valendo-se dos pressupostos que concernem a importância da longevidade atrelada à qualidade de vida, como também, da educação como uma forma de promover a inclusão na sociedade esta pesquisa tem como objetivo avaliar as ações de inclusão digital oferecidas para o público da terceira idade no município de Registro, São Paulo, mostrando que ainda é necessário aumentar o número de ações educativas para tal público. Para tanto, o procedimento metodológico presente é a pesquisa quantitativa, investigando-se assim as ações educativas de inclusão digital realizadas no ano de 2016 pelos órgãos públicos em comparação com o número de pessoas idosas da cidade. Além disso, a pesquisa apresenta um breve estudo bibliográfico sobre o surgimento da internet, das discussões a respeito da qualidade de vida da pessoa idosa e sobre inclusão digital.

Palavras chaves: inclusão digital; envelhecimento da população; educação.

Introdução

É recente as discussões de políticas públicas voltadas para a pessoa idosa. Em 1982 ocorreu a “I Assembleia Mundial sobre Envelhecimento” na cidade de Viena, tratando-se de um fórum global governamental que focou em planos de integração de idosos no desenvolvimento de cada país. Foi ainda neste evento que se definiu a idade da pessoa idosa: para os países em desenvolvimento, a partir de 60 anos (no Brasil: Lei n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso); e para os países desenvolvidos, a partir de 65 anos.

Desde então, várias políticas públicas têm sido discutidas mundialmente para promover a autonomia, integrar e garantir a participação efetiva da pessoa idosa na sociedade, como foi o caso do “Plano de Madrid” realizado a partir de uma assembleia sobre envelhecimento em 2002 da qual surgiu o conceito de “Uma sociedade para todas as idades”.

No Brasil, o reconhecimento pleno da pessoa idosa como sujeito de direitos, deveres e, além disso, de desejos têm sido também um debate recente, prova disso está na aprovação do Estatuto do Idoso, de 2003, ocorrida após sete anos de tramitação no Congresso.

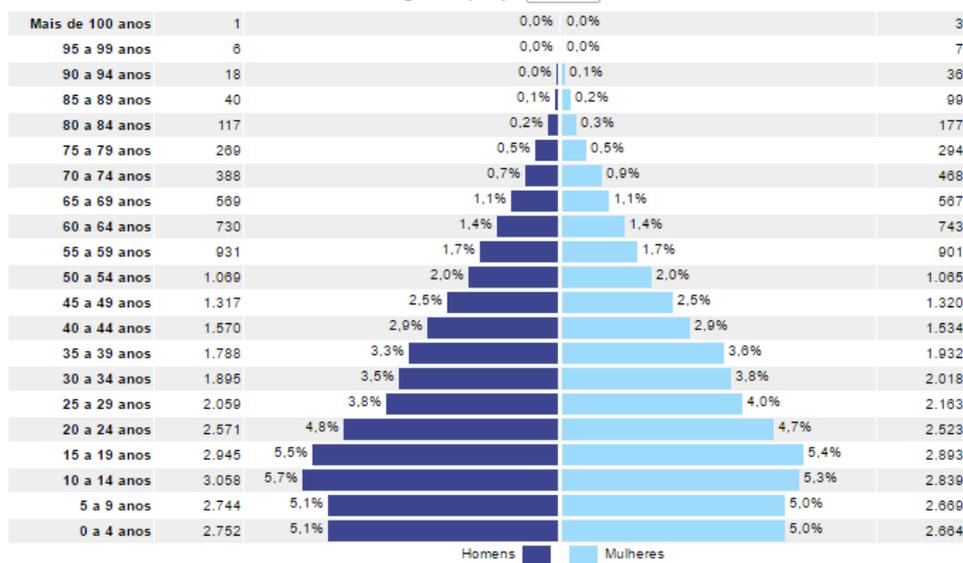
A questão da inclusão digital para a terceira idade pode ser compreendida como uma forma de promover o acesso a inúmeros serviços (comunicação, informação, atendimentos – compras, bancos, agendamento de consultas, etc.), a socialização e a educação contínua, de forma autônoma e protagonista.

Esta pesquisa traz para o âmbito regional a análise de como tem sido realizado o processo de inclusão digital da pessoa idosa no município de Registro (SP).

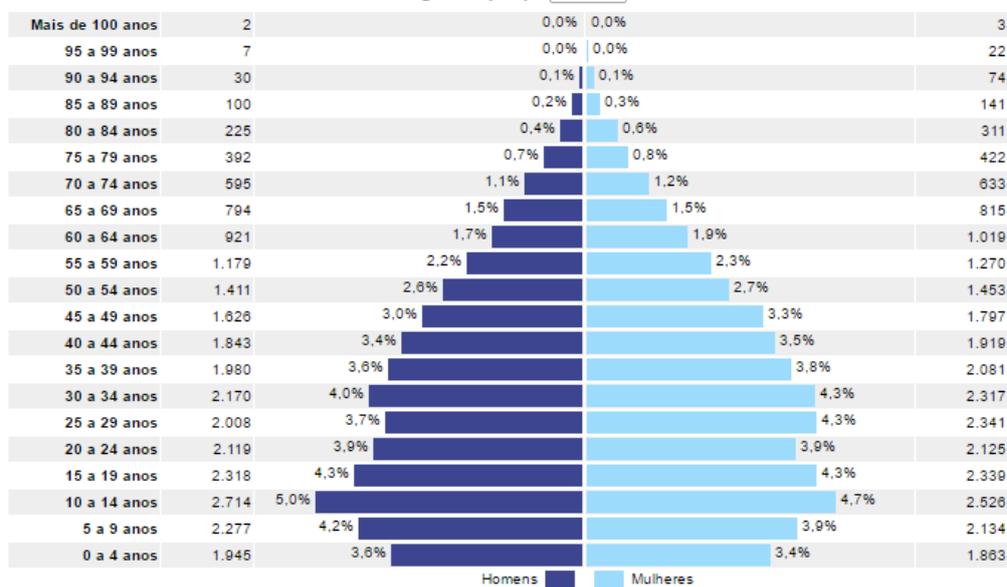
Crescimento da população idosa

De acordo com a projeção do crescimento populacional por faixa etária do IBGE (2008), está prevista que a quantidade de pessoas idosas se torne cada vez maior no Brasil, com a perspectiva que o número de pessoas entre 60 e 70 anos seja maior do que a faixa etária de até 40 anos de idade em 2050. Este fato já pode ser notado pelo censo demográfico das últimas décadas no Brasil e, em uma análise sobre os dados da cidade de Registro (SP), também acontece o processo de envelhecimento populacional de acordo com o censo demográfico do as estimativas para os anos de 2000 e 2010, como demonstram as pirâmides etárias abaixo:

Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade
Registro (SP) - 2000



Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade
Registro (SP) - 2010



Paralelamente ao envelhecimento populacional, outra mudança ocorre substancialmente nas últimas décadas: o desenvolvimento do meio técnico-científico e a informatização. Além da utilização dos recursos tecnológicos e digitais nos setores de produção e serviços, desde o final do século XX

passou a acontecer a popularização dos computadores pessoais e *smartphones* para uso doméstico no Brasil.

Assim, diante das transformações que se dão por conta do avanço técnico-científico, é preciso que o tema da inclusão digital entre nas discussões sobre participação social ativa da pessoa idosa.

Incluir o idoso no processo de informatização é uma forma de incluí-lo em outros meios de comunicação, de promover sua autonomia, de incentivar sua participação social e é também uma forma de quebrar estereótipos e preconceitos diante o aprendizado permanente, independente da faixa etária.

O surgimento da internet

O surgimento da internet se deu com um pequeno programa chamado *Arpanet*. O programa em questão foi desenvolvido pela *Advanced Research Projects Agency (ARPA)*, agência criada em 1958 pelo departamento de defesa dos EUA numa medida para contrabalancear os avanços tecnológicos obtidos na época pela URSS (CASTELLS, 2003).

Na década de 1990 o obsoleto programa *Arpanet* ficou sob custódia da *Nacional Science Foundation*, saindo do domínio dos militares e entrando em domínio público. Logo, ocorreu a privatização da internet que abriu espaço para as operadoras privadas de telefonia. Ainda nos anos 90 é criada a *World Wide World (WWW)* pelo programador britânico Tim Berners-Lee, dando início a trajetória ao mundo da internet como o conhecemos hoje (CASTELLS, 2003).

Já quando pensamos no surgimento da internet em território brasileiro temos como marco inicial a data de 1988, quando a Fundação Amparo à Pesquisa de São Paulo (FAPESP) começou a utilizar a internet em suas atividades. Durante este mesmo período, o Ministério da Ciência e Tecnologia cria a Rede Nacional de Pesquisa, com o grande objetivo de gerir a disponibilização do acesso à internet para instituições de ensino e pesquisa por meio da criação de uma rede subterrânea de fibra ótica (COSTA, 2003).

Já a exploração comercial da internet em nosso território ocorreu no ano de 1994 por meio da Embratel que disponibilizou conexões discadas aos usuários. Outro marco importante para a evolução no uso da internet veio com a criação, em 1995, do Comitê Gestor de Internet no Brasil, órgão que representa a instância máxima no assunto. Foi por meio de tal instituição que houve diversas conferências para divulgação de pesquisas e debates sobre o uso da rede mundial de computadores em território brasileiro (COSTA, 2003).

A internet trouxe inúmeras transformações para a sociedade como um todo, modificando a forma

de se comunicar, de transmitir saberes e, sobretudo, de se sociabilizar:

A internet se tornou o sistema de comunicação público mais abrangente e, hoje, rivaliza com o sistema telefônico global em alcance e amplitude. É também o maior exemplo de redes interconectadas e computação cliente/servidor no mundo, conectando centenas de milhares de redes individuais em todo o planeta. (LAUDON e LAUDON, 2004, p.184)

Divisão digital

A divisão digital é latente em países em desenvolvimento como o Brasil, ocorre quando determinada camada da sociedade não se insere na sociedade digital com autonomia, isto é, são consumidores de produtos digitais, mas não dispõem de habilidades para a utilização do produto como um todo (DEMO, 2005).

Uma forma eficiente para que não ocorra tal divisão é incluir digitalmente todos os segmentos populacionais. Portanto, a forma de incluir pessoas na tecnologia e na comunicação, visa aperfeiçoar e manter atualizado todos para saibam utilizar ferramentas e programas básicos, como por exemplo, sistemas operacionais e serviços de e-mail (DEMO, 2005).

Nos últimos anos tem sido recorrente a discussão sobre a necessidade de se realizar a inclusão digital para os indivíduos que não tem acesso às tecnologias da informação (TIC's), como também para os que possuem o acesso, mas ainda não utilizam tais tecnologias de forma autônoma (CASTELLS, 2003).

As ações de inclusão digital devem ser realizadas a partir de parcerias entre os governos (na esfera federal, estadual e municipal), empresas privadas, organizações não governamentais (ONGs), escolas e universidades. São exemplos de ações para melhoria da inclusão digital:

Disponibilizar acesso a terminais de computadores e correio eletrônico a toda a população;
Oferecer tarifas reduzidas para uso dos sistemas de telecomunicações;
Criar mecanismos de isenção fiscal, sem muita burocracia, para o recebimento de doações de computadores e equipamentos de infraestrutura. (SILVA, 2005, p.02)

Para que haja inclusão digital não basta que a pessoa esteja em contato com as tecnologias, é necessário que tais tecnologias estejam aplicadas a processos que tragam o fortalecimento das atividades econômicas, da capacidade de organização, do nível de educação e que, sobretudo, auxilie na comunicação com grupos diversos, entidades e serviços. Assim, a inclusão digital poderá propiciar uma melhora na qualidade de vida da população, sobretudo, na qualidade de vida da pessoa idosa.

Políticas públicas de inclusão digital no estado de São Paulo

O Governo do Estado de São Paulo criou em julho de 2000 um programa de inclusão digital chamado ACESSA São Paulo. Atualmente os postos do programa contam com computadores com acesso à internet que estão localizados na capital e em mais 500 municípios do estado (informações disponíveis no site <http://www.acessasp.sp.gov.br/acessasp/relatorios-acessa-sp/>).

Além das unidades citadas, o programa possui os seguintes tipos de postos:

- Postos Públicos de Acesso à Internet – estão em locais de grande movimento de pessoas, como estações de trem e do Metrô, unidades do Poupatempo, terminais de transporte coletivo e em praças e parques públicos.
- ACESSA RURAL – postos localizados em zonas rurais e de difícil acesso aos centros urbanos.
- ACESSINHAS – postos com atividades específicas que contemplam o atendimento de crianças de 4 a 10 anos.
- ACESSA SEM FIO – Rede Wi-Fi livre instalada no posto ou nos arredores de alguns postos fixos do ACESSA SP.

Em relação ao número de usuários cadastrados um projeto de pesquisa da USP (Escola do Futuro) divulgou que, em 2003, o ACESSA São Paulo contava:

Com aproximadamente 250.000 usuários cadastrados e cerca de 4 milhões de atendimentos realizados. Tais números, ainda que modestos diante do desafio apresentado por um Estado como São Paulo, mas dados que, no entanto, garantem o reconhecimento do programa como um dos maiores da América Latina, indicam uma trajetória digna de registro e de reflexão (JOSGRILBERG, 2003, p.03)

Atualmente o projeto está sobre a responsabilidade da Coordenadoria de Serviços ao Cidadão, da Secretaria de Governo. Além disso, o órgão em questão é quem define e modela novos projetos e formaliza convênios com as prefeituras, demais órgãos estaduais e Organizações não Governamentais. Já a gestão e operação do programa é feita pela Prodesp que é uma empresa de Tecnologia da Informação (TI) do estado de São Paulo e também da Secretaria de Governo. Uma das principais atribuições da Prodesp é assegurar a qualidade do programa e executar as inovações propostas (<http://www.acessasp.sp.gov.br/>).

Todos os postos do ACESSA SP têm monitores para auxiliar aos cidadãos que podem utilizar os computadores por 30 minutos que é o tempo padrão que pode ser estendido dependendo da disponibilidade de máquinas. Nesse tempo os usuários podem procurar vagas de emprego, elaborar currículos, fazer pesquisas, mexer no e-mail, utilizar serviços públicos e entre outros (<http://www.acesasp.sp.gov.br/>).

Além de estar presentes em postos isolados ou ainda agregado aos programas destinados a públicos específicos (Rural, infantil), o ACESSA SP está presente nas escolas do estado desde o ano de 2008, com o título de ACESSA Escola. De acordo com levantamento realizado pela Secretaria Estadual de São Paulo existem 4.234 salas de informática em escolas de Ensino Fundamental e Médio com cerca de 71.299 mil computadores com acesso à internet (<http://www.educacao.sp.gov.br/acesa-escola>).

São Paulo Amigo do Idoso

Para a população idosa, o Estado de São Paulo possui uma política intitulada São Paulo Amigo do Idoso que foi lançada em 2012. O principal objetivo do programa é o envolvimento de toda sociedade, com intuito de estimular municípios, entidades públicas e privadas na criação de uma comunidade verdadeiramente amiga do idoso, assim o programa envolve ações de 11 secretarias coordenadas pela Secretaria de Desenvolvimento Social: Cultura, Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, Educação, Emprego e Relações do Trabalho, Esporte, Habitação, Justiça e Defesa da Cidadania, Saúde, Transportes Metropolitanos, Turismo e o Fundo Social de Solidariedade - FUSSESP. (Informações disponíveis no portal; http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/programas_spamigodoidoso).

As ações que estão em andamento pelo programa São Paulo Amigo do Idoso são: Programa VidAtiva e Jogos Regionais do Idoso (Esporte); Melhor Viagem (Turismo); Centros de Referência do Idoso, Hospitais de Cuidados Continuados e Ambulatórios Especializados no Idoso, Selo Hospital Amigo do Idoso (Saúde); Projeto Viva Mais: Praça de Exercício (FUSSESP); Universidade Aberta à Terceira Idade, Inclusão Digital, cursos de graduação e pós-graduação em Gerontologia (Educação). Ainda sobre os recursos e números de atendimentos realizados a população idosa, o Portal SP Amigo do Idoso afirma que:

O Estado de São Paulo possui **1.836 serviços socioassistenciais** direcionados ao atendimento da população idosa. Esses serviços são ofertados nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centros de Convivência do Idoso (CCI), Centros Dia do Idoso (CDI), Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) e Entidades Sociais.

- **Estimativa de atendidos pela rede:** 559.627 idosos

- **Cofinanciamento estadual alocado nos serviços:** R\$ 23.159.305,19. (PORTAL SP AMIGO DO IDOSO, 2017)

Conforme observado, as ações educativas voltadas para a inclusão digital da pessoa idosa ocorrem por intermédio de incentivo estadual para serem ofertadas em âmbito municipal, ou via ações de empresas privadas e ONG's. Para tanto são promovidos chamamentos público, como por exemplo, o edital de chamamento público n.01 SEDS/CEI/2016, na qual o governo do estado repassará R\$ 18 milhões de reais para ações com a população idosa em diversos eixos, entre eles, o eixo temático "Inclusão Digital das Pessoas Idosas". O edital em questão recebeu as propostas entre dezembro de 2016 a abril de 2017 (Edital de chamamento público SEDS/CEI/2016).

Ações de inclusão digital na cidade de Registro (SP)

Na cidade de Registro (SP), existem 7 (sete) Centros De Inclusão Digital, são eles:

- Um localizado no bairro Bloco B;
- Outro localizado na Praça dos Expedicionários (Centro);
- CRAS Central;
- Bairro Araçongal (CRAS);
- CEU das Artes (Bairro Vila Nova);
- CRAS e Centro Comunitário (Localizado no Jardim Paulistano).

Além dos Centros De Inclusão Digital acima citados, existe o Centro de Convivência do Idoso (localizado no bairro Vila Tupy), que propõe atividades para o público a partir de 60 anos de idade, atendimento previsto no Estatuto do Idoso que determina a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção ao idoso (artigo 3º).

Os integrantes da pesquisa entraram em contato telefônico com os lugares acima listados, na busca por ações educativas que efetivem a inclusão digital da pessoa idosa. De tais contatos, foi possível verificar a ocorrência de um curso específico para tal clientela ocorrido no ano passado (2016) no CRAS Central. As informações obtidas foram por intermédio de uma monitora do ACESSA São Paulo, Emily

Brenda de Sousa (contato: emilly13soousa@gmail.com), que nos disponibilizou as seguintes informações:

A) Justificativa do projeto Inclusão digital para idosos: A evolução que as tecnologias da informação têm sofrido está de certa forma dificultando o acompanhamento da população idosa, ficando assim excluída deste processo. A falta de conhecimento, de acesso e também de consciência da importância de buscar uma aprendizagem ao longo da vida tem contribuído para a exclusão digital do idoso.

B) Objetivos do projeto:

- Proporcionar conhecimento em informática básica
- Possibilitar ao idoso uma aprendizagem básica da utilização da internet, assim como editor de texto.
- Realizar criação de e-mails e a capacitação necessária para utilização correta do mesmo.
- Inclusão em redes sociais.

1:
Inclusão
Idoso
(CRAS
Registro

Acervo
monitora



Figura
Encontros de
Digital para
ano de 2016
Central,
– São Paulo)

Fonte:
pessoal
Emily Sousa.



Figura 2: Encontros de Inclusão Digital para Idoso ano de 2016 (CRAS Central, Registro – São Paulo)

Fonte: Acervo pessoal monitora Emily Sousa.



Figura 3: Encontros de Inclusão Digital para Idoso ano de 2016 (CRAS Central, Registro – São Paulo)

Fonte: Acervo pessoal monitora Emily Sousa.

Outro projeto de inclusão digital encontrado durante a realização da pesquisa é uma iniciativa da Coordenadoria do curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (ADS) da UNISEPE-FVR cujo objetivo é a oferta gratuita de aulas de inclusão digital para terceira idade. Porém, o curso foi provisoriamente suspenso por causa da dificuldade do público alvo em se locomover até a faculdade para assistir às aulas.

Considerações Finais

A Internet foi o meio de comunicação que alterou todas as relações sociais contemporâneas, por meio dela podemos nos comunicar com inúmeras pessoas em um só momento em uma escala mundial. Sobretudo, o ser humano tem como base em suas relações a comunicação, desta maneira, podemos afirmar que a Internet modificou também a forma com que nos relacionamos, portanto, revolucionou não somente a comunicação, como também a relação do eu com o outro. Sobre tal pressuposto emerge a discussão da importância de se inserir o idoso em tal processo digital, ou seja, articular, discutir, debater, capacitar, e, primordialmente, colocá-lo como sujeito autônomo nas novas formas de se relacionar advindas com o uso das novas tecnologias digitais.

Em relação a inclusão digital, o Estado de São Paulo possui um projeto muito abrangente que é o caso do Acessa São Paulo, pois o mesmo está presente em muitos municípios ofertando acesso gratuito à internet, seja por postos independentes ou ainda postos presentes em escolas estaduais. Quando tratadas as informações relacionadas às políticas públicas específicas para a população idosa, a pesquisa verificou que existe o programa SP Amigo do Idoso que objetiva ações intersecretariais voltadas à proteção, educação, saúde e participação da população idosa na sociedade. No caso da educação está presente a preocupação com subvenção de verbas para a aplicação de projetos educativos de inclusão digital da população idosa, como foi o caso do Edital aberto em dezembro de 2016, no qual se prevê a aplicação de R\$ 28 milhões de reais que serão destinados a aplicação de projetos exclusivamente para a população idosa, sobretudo uma parte específica para a questão da “Inclusão digital da população idosa”. Tais ações são correspondentes ao que estudiosos da área têm afirmado:

A alfabetização digital e a formação básica para viver na cibercultura também dependerão da ação do Estado para serem amplas ou universalistas. (...) Hoje, o direito à comunicação é sinônimo de direito a comunicação mediada por computador. Portanto, trata-se de uma questão de cidadania (SILVEIRA, 2003, p. 29-30)

Quando pensamos em um contexto mais local, como foi o caso do município de Registro, verificamos que a população de idosos, aferidos pelo último censo, foi de 6000 habitantes. Dentre os sete postos públicos que possuem acesso gratuito à internet, a pesquisa verificou que somente um deles ofertou um curso específico para a população idosa, conforme informações do CRAS Central via monitora do ACESSA SP. Se considerarmos que o curso em questão atendeu 30 idosos, temos que apenas 0,5% da população idosa foi atingida com um programa educacional específico para inclusão digital no ano de 2016.

Diante do exposto, podemos observar que as ações para que a inclusão digital da pessoa idosa seja uma realidade na cidade de Registro ainda são escassas. Cabe ressaltar que o equipamento existe no município, como é o caso dos sete postos públicos que possuem acesso à internet, carecendo assim de parcerias entre os setores públicos, privados e ONG's. Sobretudo a pesquisa evidenciou que são necessários, de modo geral, estudos sobre inclusão digital e tecnológica na região de Registro (Vale do Ribeira), pois não há pesquisas dessa dimensão e/ou temática publicadas até então (maio de 2017).

Referências Bibliográficas

CASTELLS, Manuel. A Galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003 (Trad. Maria Luiza X. de A. Borges).

BRASIL. Lei n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 01 out.2003 Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm. Acesso em 27 de abril de 2017.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasil: *Manual de enfrentamento à violência contra a pessoa idosa*. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.

COSTA, Pedro Luiz Bisneto O. A história da internet. Publicação em domínio próprio: 2003. Disponível em: <http://www.pedroom.com.br/portal/vitae/download/cientificos/03%20A%20Historia%20da%20Internet.pdf>. Acesso em 24 de abril de 2017.

DEMO, Pedro. Inclusão digital – cada vez mais no centro da inclusão social. In: *Inclusão Social*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 36-38, out./mar., 2005. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1504/1692>. Acesso em: 27 de abril de 2017

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censo 2000*. Disponível em:

http://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_piramide.php?ano=2000&codigo=354260&corhomem=3d4590&cormulher=9cdbfc&wmaxbarra=180. Acesso em: 27 de abril de 2017.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censo 2010*. Disponível em:

http://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_piramide.php?codigo=354260&corhomem=3d4590&cormulher=9cdbfc. Acesso em: 27 de abril de 2017.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Pirâmide etária absoluta*. 2008. Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2008/piramide/piramide.shtml. Acesso em: 27 de abril de 2017.

JOSGRILBERG, F. B. Estratégias de inclusão digital e táticas cotidianas: o caso Acesa São Paulo. Projeto de Pesquisa, 2003. Disponível em:

http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/30934299/GT6Texto009.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1496085935&Signature=fTt1%2Bqzj92mOdE67LgqGUfW5s%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DEstrategias_de_inclusao_digital_e_tatica.pdf Acesso em: 27 de abril de 2017.

LAUDON, K; J, LAUDON. Sistemas de informação gerenciais: administrando a empresa digital. 9 edição. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

PROJETO Inclusão digital para Terceira Idade. *Registro Diário*, Registro: SP, 29 de março de 2017. Registro. Disponível em: <http://registrodiario.com/noticia/928/projeto-inclusao-digital-para-terceira-idade.html>. Acesso: em 30 de março de 2017.

SÃO PAULO. Saiba mais sobre o Acessa São Paulo. Disponível em: <<http://www.acessasp.sp.gov.br/sobre-o-acessasp/>>. Acesso em: 30/03/2017. Acesso em: 30 de março 2017.

SÃO PAULO. Escolas utilizam postos do Acessa para aulas. Portal do Governo: São Paulo, SP, 14 de abril de 2009. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/ultimas-noticias/escolas-utilizam-postos-do-acessa-sp-para-aulas/>>. Acesso em: 24 de abril de 2017.

SÃO PAULO. Portal do Programa SP Amigo do Idoso. Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/programas_spamigodoidoso>. Acesso em: 24 de abril de 2107.

SÃO PAULO. Edital de chamamento público SEDS/CEI/2016. Disponível em: <<http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/1270.pdf>> Acesso em: 24 de abril de 2017.

SILVA, Antonio Mendes Filho. Os três pilares da inclusão digital. In: *Revista Espaço Acadêmico* – Ano III, número 24. Maio de 2003. Disponível em: <http://bogliolo.eci.ufmg.br/downloads/SILVA%20FILHO%20Os%20tres%20pilares.pdf>. Acesso em: 27 de abril de 2017.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. “Inclusão Digital, Software Livre e Globalização Contra-Hegemônica”. In: SILVEIRA, Sérgio Amadeu; CASSINO, João (org.). *Software livre e inclusão digital*. São Paulo, Editora Conrad Brasil, 2003.

TERCEIRA idade ganha Centro de Inclusão digital e aulas gratuitas de informática. *Registro Diário*, Registro: SP, 15 de abril de 2013. Disponível em: <http://www.registro.sp.gov.br/n/terceira-idade-ganha-centro-inclusao-digital-aulas-gratuitas->